



Atos do Poder Executivo

fls. 038

LEI N 2.122, DE 09 DE AGOSTO DE 2023.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar Convênio de Cooperao com a Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – ARES-PCJ, para delegao das competências municipais de regulao e fiscalizao da prestao dos serviços de saneamento básico, e dá outras providências.

PAULO: O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAR, ESTADO DE SÃO

Faço saber que a Câmara Municipal de Guar aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1 Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio de Cooperao com a Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – ARES-PCJ, consórcio público de direito público, inscrita no CNPJ/MF n 13.750.681/0001-57, com sede na cidade de Americana, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n 633, Jardim Santana, e delegar as competências municipais de regulao e fiscalizao da prestao dos serviços públicos de saneamento básico, nos termos definidos pela Lei federal n 11.445/2007.

Art. 2 O Convênio de Cooperao entre o Município de Guar e a Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – ARES-PCJ, regulamenta a delegao das competências municipais de regulao e fiscalizao da prestao dos serviços públicos de saneamento básico, operando assim, a delegificao das normas municipais sobre saneamento básico, vigorando as normas expedidas pela ARES-PCJ, durante a vigência do Convênio de Cooperao.

 1 O prazo de vigência do referido Convênio de Cooperao, que compreende a delegao das competências municipais de regulao e fiscalizao da prestao dos serviços públicos de saneamento básico, será de 10 (dez) anos, prorrogáveis por iguais períodos, conforme horizonte de planejamento do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Guar.

 2 Havendo mais de um prestador de serviço público de saneamento básico, poderá ser firmado mais de um Convênio de Cooperao entre o Município de Guar e a Agência Reguladora PCJ (ARES-PCJ).



Atos do Poder Executivo

fls. 039

LEI N 2.122, DE 09 DE AGOSTO DE 2023.

 3 A Agência Reguladora PCJ (ARES-PCJ) deverá prestar contas  Administração Pública Municipal de Guar, nos prazos regulamentares e nos termos da legislação em vigor.

Art. 3 Nos termos da presente Lei, o prestador dos serviços públicos de saneamento básico ficará responsável por repassar  Agência Reguladora PCJ (ARES-PCJ), durante a vigência do referido convênio, o valor mensal da Taxa de Regulação e Fiscalização, conforme Plano de Trabalho a ser desenvolvido na municipalidade.

 1 O valor de que trata o *caput* será o equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) de suas receitas líquidas correntes, deduzidas as receitas patrimoniais, referentes ao exercício anterior do orçamento do prestador dos serviços públicos de saneamento básico no município.

 2 Preservando a isonomia entre os municípios integrantes da ARES-PCJ, quer seja na condição de consorciado ou conveniado, sempre que houver decisão da Assembleia Geral de Prefeitos da ARES-PCJ, para alteração da alíquota da Taxa de Regulação, essa se aplicar ao Município, ressalvando-se que o valor não será superior a 0,50% (cinquenta centésimos por cento), em conformidade com o disposto no Protocolo de Intenções da ARES-PCJ e suas Resoluções específicas.

Art. 4 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAR, 09 de agosto de 2023.

VINÍCIUS MAGNO FILGUEIRA
Prefeito Municipal

Registrada, publicada e arquivada na Secretaria de Governo, data supra.

CARLOS ALBERTO VIEIRA DUTRA
Procurador Jurídico